

Ativos Intangíveis

Renato Maurício Porto Reis
São Paulo, 3 de setembro de 2015



Agenda

- 1. Os Ativos Intangíveis nas normas legais**
- 2. Conceitos Técnicos genéricos**
- 3. O Pronunciamento Técnico CPC 04**
- 4. A previsão contida no IAS 38**
- 5. O Ativo Diferido**
- 6. Os principais problemas associados aos Ativos Intangíveis**
- 7. Goodwill**
- 8. Conclusões**
- 9. Referências Bibliográficas**

1. Os Ativos Intangíveis nas normas legais

- **Lei nº 6.404/76, em seu Art. 179, inciso VI previa:**
 - **Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercícios com essa finalidade, inclusive o fundo do comércio adquirido**
- **Lei nº 11.638/07**
- **Lei nº 11.941/09**
- **Deliberação CVM nº 488/05**

1. Os Ativos Intangíveis nas normas legais

- **Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, aprovado pela Deliberação nº 553/08 da CVM**
- **Baseado no Pronunciamento IAS 38 (*International Accounting Standards Board – IASB BV 2010*) – *Intangibles Assets***
- **Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios, aprovado pela Deliberação nº 580/09 da CVM**
- **Resolução CFC nº 1.139/08 e Resolução CFC nº 1.175/09**



Agenda

1. Os Ativos Intangíveis nas normas legais
2. **Conceitos Técnicos genéricos**
3. O Pronunciamento Técnico CPC 04
4. A previsão contida no IAS 38
5. O Ativo Diferido
6. Os principais problemas associados aos Ativos Intangíveis
7. Goodwill
8. Conclusões
9. Referências Bibliográficas

2. Generalidades

- A história da avaliação de ativos intangíveis remonta a Roma Antiga e à Babilônia, mas sua aplicação é recente – menos de 2/3 décadas.
- A palavra do latim *tangere* significa tocar, portanto intangível é aquilo não pode ser tocado.
- Para a Contabilidade, segundo Hendriksen: “Ativos intangíveis, são ativos que carecem de substância. Como tais, esses ativos devem ser reconhecidos sempre que preencherem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, ou seja, deve atender a definição de um ativo, devem ser mensuráveis e devem ser relevantes e precisos.”
- O reconhecimento dos ativos intangíveis nas Demonstrações Financeiras sempre causou muita polêmica

2. Generalidades

- **Inexistência de usos alternativos: os Ativos Tangíveis são passíveis de valores alternativos como utilização e comparação de valores de reposição e mercado do produto da empresa.**
- **Os Ativos Intangíveis retiram seu valor econômico das expectativas de geração de lucros no futuro e algumas vezes possuem valores em usos alternativos, por exemplo, a reputação de uma marca que pode ser transferida para outros produtos que a empresa venha a lançar.**
- **Admite-se que os Ativos Intangíveis somente existem e tem valor quando integrados à empresa e combinados com os Tangíveis – não há valor sem a integração à empresa e, portanto, é um ativo que requer a combinação de ativos.**

2. Generalidades

- Segundo Eliseu Martins “alguns autores tem procurado fazer a distinção mencionado como fator decisivo a ligação obrigatória desse tipo de ativo tangível da empresa; procuram mostrar que um intangível dificilmente continua com sua característica de ativo se for desligado dos tangíveis. Ou, pelo menos, tem alguns autores mencionado esse fato como sendo uma característica comum a todos os componentes desse grupo.”
- Ainda segundo Eliseu Martins, a principal característica dos ativos intangíveis é a Incerteza "talvez a característica mais comum a todos os itens do chamado intangível seja o grau de incerteza existente na avaliação dos futuros resultados que por eles poderão ser proporcionados. "

2. Generalidades

- Segundo Hendriksen e Breda o intangível deve possuir as quatro características que identificam um ativo, ou seja, corresponder a uma definição apropriada, ser mensurável, ser relevante e ser preciso.
- Segundo Ludícibus citando um conceito de Kohler, intangível é “um ativo de capital que não tem existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que antecipadamente sua posse confere ao proprietário.
- Um ativo não monetário que se manifesta por suas propriedades econômicas. Ele não possui substância física, mas concede direitos e privilégios a seus proprietário que comumente geram resultado (norma da International Standards Council – IVSC – janeiro de 2009).

2. Generalidades

- Segundo Iudícibus (2010), os seguintes itens poderiam ser classificados como intangíveis
 - ✓ ***Goodwill***
 - ✓ **Gastos de Organização**
 - ✓ **Marcas e Patentes**
 - ✓ **Certos investimentos de longo prazo**
 - ✓ **Certos ativos diferidos de longo prazo**
 - ✓ **Direitos do autor**
 - ✓ **Franquias**
 - ✓ **Custo de desenvolvimento de *softwares***
 - ✓ **Outros**

2. Generalidades

PARTE VISÍVEL

*Parte
facilmente
relatada pela
contabilidade*



Troncos, galhos, folhas e frutos
(parte visível).

Evidências sobre a saúde da árvore.
(normalmente aparece no Balanço Patrimonial)

PARTE INVISÍVEL

(Parasitas e outros problemas que podem atacar as raízes ou nutrientes, umidades, etc. que fortalecerão a árvore e seus produtos)



Raízes (que poderão modificar a saúde da árvore em anos futuros)
(normalmente não aparece no Balanço Patrimonial)

*Parte oculta, nem sempre
relatada pela Contabilidade*



Agenda

1. Os Ativos Intangíveis nas normas legais
2. Conceitos Técnicos genéricos
3. **O Pronunciamento Técnico CPC 04**
4. A previsão contida no IAS 38
5. O Ativo Diferido
6. Os principais problemas associados aos Ativos Intangíveis
7. Goodwill
8. Conclusões
9. Referências Bibliográficas



O Pronunciamento Técnico CPC 04

- No Brasil, a orientação para contabilização de ativos intangíveis sempre foi escassa.
- A norma 04 do CPC é baseada integralmente na norma internacional IAS 38.



Agenda

1. Os Ativos Intangíveis nas normas legais
2. Conceitos Técnicos genéricos
3. O Pronunciamento Técnico CPC 04
4. **A previsão contida no IAS 38**
5. O Ativo Diferido
6. Os principais problemas associados aos Ativos Intangíveis
7. Goodwill
8. Conclusões
9. Referências Bibliográficas

IAS 38

- De acordo com a IAS 38, o ativo intangível é identificável quando:
 - (i) for separável da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou permutado, tanto individualmente como em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou,
 - (ii) resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, independentemente de os direitos poderem ser transferidos ou separados da entidade ou de outros direitos e obrigações.

- Para efeito de reconhecimento, é necessário que o ativo intangível seja identificável de forma a distingui-lo do *goodwill*.

- A IFRS 3 define *goodwill* como “os benefícios econômicos futuros decorrentes de ativos que não poderão ser reconhecidos individualmente e reconhecidos separadamente.”



IAS 38

Controle:

Definido como o poder de obter os benefícios econômicos futuros a serem gerados pelo ativo intangível e a capacidade de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

Benefícios econômicos futuros:

Os benefícios futuros não incluem apenas as receitas de futuras vendas de produtos e serviços, mas também economias de custos, por exemplo, o uso de propriedade intelectual em processo de produção poderá reduzir custos futuros de produção em vez de aumentar as receitas futuras.



IAS 38

Reconhecimento:

os ativos intangíveis somente deverão ser reconhecidos quando:

- (i) for provável que os benefícios econômicos futuros atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e
- (ii) o custo do ativo puder ser mensurado com segurança.

A entidade deve avaliar a probabilidade de geração dos benefícios econômicos futuros utilizando premissas razoáveis e comprováveis, que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.



IAS 38

Mensuração Inicial: Custo

Gasto subsequente: A norma assume que é muito raro um gasto subsequente ser incorporado ao ativo intangível, a capitalização de gastos subsequentes com marcas, nomes comerciais, títulos de publicações, lista de clientes e itens similares e expressamente proibidas, o argumento é que esses itens não podem ser diferenciados do negócio do qual fazem parte.

Reconhecimento dos ativos intangíveis adquiridos separadamente:

A IAS 38 reconhece que um ativo adquirido separadamente pelo fato de:

- Considerar provável o benefício econômico futuro; e,
- Pressupor que o custo de um ativo intangível adquirido separadamente em geral pode ser mensurado com segurança, sobretudo quando o valor pago é feito em espécie ou com outros ativos monetários.

- *Goodwill* gerado internamente é explicitamente proibido ser reconhecido como ativo intangível de acordo com a norma. No entendimento da norma esse item não constitui recurso identificável controlado pela entidade que possa ser mensurado com segurança.

Ativos Intangíveis gerados internamente

Pesquisa – Devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos os gastos.

Desenvolvimento – Aplicação dos resultados de pesquisa ou outro conhecimento a plano ou projeto para produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados antes do início da produção ou uso comercial.

Condições para reconhecimento de ativo intangível em desenvolvimento:

- a) A viabilidade técnica de conclusão para uso ou venda;
- b) Intenção de conclusão e usá-lo ou vendê-lo;
- c) Capacidade de usar ou vender
- d) A forma como o ativo gerará prováveis benefícios futuros;
- e) Disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível;
- f) Capacidade de mensurar com segurança o gasto atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

Impossibilidade de distinção de pesquisa, projeto e desenvolvimento – Despesa.



IAS 38

A norma proíbe ainda o reconhecimento dos seguintes itens gerados internamente:

- Marcas
- Nomes Comerciais
- Títulos de publicações
- Listas de Clientes
- Itens similares



IAS 38

Custos de website (página na internet)

Os custos de website poderão ser reconhecidos se atingirem os seis requisitos apresentados anteriormente.

Um website que é reconhecido como ativo intangível deve ser avaliado após o seu reconhecimento inicial pelo método de custo ou valor justo. A entidade deve ser prudente ao estabelecer a melhor forma de vida útil de um website, que geralmente deverá ser curta.

Avaliação da vida útil de um ativo intangível:

- a) O período no decorrer do qual se prevê que o ativo esteja disponível para uso por parte da entidade; ou
- b) O número de unidades de produção ou similares que serão obtidos através do ativo.



IAS 38

FAS 141 E 142

Considerações sobre “Goodwill”

Até 1970 as empresas americanas não amortizavam goodwill ou amortizavam em poucos períodos, a partir do APBO nº 17 previa amortização dos intangíveis em no máximo quarenta anos, a partir de 2002, com a edição dos FAS 141 e 142 o tratamento foi mudado drasticamente nos EUA, as empresas passaram a adotar o critério de “impairment”, com ajustes periódicos ao valor do benefícios econômicos futuros.

Essa nova forma de tratamento aproxima-se muito da posição teórica assumida por alguns pesquisadores a exemplo de Hendriksen e Ludícibus.



CPC 15

- O CPC 15 – Combinação de Negócios determina que uma vez reconhecidos e mensurados os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos (além da participação dos controladores), é necessário que o adquirente identifique a diferença entre:
 - A soma do valor justo da contraprestação transferida, participação dos não controladores na adquirida e a participação imediatamente antes da aquisição do adquirente na adquirida
 - O valor dos ativos líquido identificáveis

- A diferença positiva será reconhecida como ágio por rentabilidade futura (goodwill). Se negativa, será reconhecido como ganho proveniente de uma compra vantajosa no resultado do período.



Agenda

1. Os Ativos Intangíveis nas normas legais
2. Conceitos Técnicos genéricos
3. O Pronunciamento Técnico CPC 04
4. A previsão contida no IAS 38
5. O Ativo Diferido
6. Os principais problemas associados aos Ativos Intangíveis
7. Goodwill
8. Conclusões
9. Referências Bibliográficas



Os principais problemas associados aos Ativos Intangíveis

➤ Capital Intelectual:

- **Capital Humano:**
 - (capacidade, conhecimento, habilidade e experiência dos funcionários)
- **Capital Estrutural:**
 - (sistemas de informação, processos e técnicas que ampliam a eficiência)
- **Capital de Clientes:**
 - (relacionamento com clientes, fidelidade)
- **Como mensurar!!!!**



Os principais problemas associados aos Ativos Intangíveis

➤ **Amortização dos ativos intangíveis:**

- Argumenta Hendriksen e Breda que em regra os intangíveis “são gerados gradativamente pela empresa a partir de gastos anuais lançado imediatamente a despesas” – nestes casos, não haveria o que se amortizar.
- Alguns casos, no entanto, decorrem da compra ou do desenvolvimento por meio de gastos extraordinários – nestes casos, uma vez definido o momento inicial da amortização, deve-se estimar a vida útil e o ritmo de alocação aos vários períodos.
- Intangíveis com vida útil limitada devem ser assim amortizados, como observa Iudícibus – ex: Marcas e patentes, direitos autorais e licenças.



Os principais problemas associados aos Ativos Intangíveis

- Algumas empresas, como a Coca Cola e Pepsi Cola gastam recursos muito elevados para manter suas marcas em evidência. Em regra, tais valores são registrados como despesas com propaganda e publicidade. Alguns sugerem que tais valores sejam registrados como custo do desenvolvimento da marca.
- Argumentam os defensores deste critério que “um ativo identificável separadamente, com *status* legal independente, e capaz de proporcionar benefícios consideráveis a seu proprietário. Uma marca pode ser transferida entre proprietários com a simples cessão do certificado de registro da marca que governa seu *status* legal.” (STOBART, Paul. Brand Valuation: a true and fal view. Accountancy, p 27, Oct. 1989. citado por Hendriksen e Breda).



Os principais problemas associados aos Ativos Intangíveis

- Os direitos federativos – passes – representam o ativo principal de um clube de futebol . A qualidade de um plantel, associada ao desempenho do agremiação, o resultado daí gerado, capacidade de geração de novos negócios entre outros.
- O direito federativo é um intangível, devendo seu registro inicial ocorrer em função do custo histórico.
- Face ao impedimento legal do registro de reavaliação, somente os direitos federativos adquiridos devem ser registrados.
- Vale observar que os direitos federativos possuem vida útil limitada.



Os principais problemas associados aos Ativos Intangíveis

- Correta aplicação dos conceitos de *Goodwill* e de Fundo de Comércio.
- Correta apuração do *Goodwill*.
- *Goodwill* gerado internamente.
- *Goodwill* quando da apuração de haveres em eventual dissolução de sociedade.



Agenda

1. Os Ativos Intangíveis nas normas legais
2. Conceitos Técnicos genéricos
3. O Pronunciamento Técnico CPC 04
4. A previsão contida no IAS 38
5. O Ativo Diferido
6. Os principais problemas associados aos Ativos Intangíveis
7. **Goodwill**
8. Conclusões
9. Referências Bibliográficas



Goodwill

➤ Goodwill e Fundo de Comércio:

Goodwill é “a diferença entre o valor da empresa e o valor de mercado dos Ativos e Passivos” – José Carlos Marion.

Goodwill é um ativo intangível representado pela força do conjunto que Ativos Identificáveis possuem quando operados em bloco e que consigam gerar rentabilidade futura acima daquela que, tratados individualmente produziram, ou que obteriam caso fossem liquidados a valor justo e aplicados em um mercado com baixo risco – RMPR.



Goodwill

- Algumas Questões associadas:
 - Fundo de Comércio inclui também alguns Ativos Tangíveis e, portanto não pode ser confundido com Goodwill.
 - O Conceito Residual do Goodwill.
 - O Chamado Goodwill Sinérgico (Bertolli / Monobe)



Goodwill

➤ Goodwill Gerado Internamente:

- Conceito
- Forma de cálculo
- Impossibilidade contida na norma e as razões para esta limitação
- As razões de se estabelecer o Goodwill Gerado Internamente
- Vantagens e Desvantagens
- Estudos a respeito –
 - Prof. Eliseu Martins – Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível
 - Prof. Massanori Monobe – Contribuição a Mensuração e Contabilização do Goodwill não Adquirido



Goodwill

- Goodwill Subjetivo e seu registro na contabilidade:
 - Goodwill subjetivo é aquele que decorre do “valor presente dos lucros futuros esperados, descontados de seus custos de oportunidade”, mas que não tenha surgido a partir de uma operação que resultou na compra de um patrimônio, conforme observa Iudícibus.
 - Segundo Hendriksen e Breda, “em princípio , se poderia reconhecer goodwill a qualquer momento, comparando o valor de mercado de uma empresa ao valor de seus ativos líquidos”.
 - Diante da subjetividade e na falta de método lógico de vinculação desses custos a qualquer receita específica, optou-se por definir que o goodwill não comprado não poderia ser objeto de registro nos livros.



Goodwill

➤ Goodwill Negativo:

- Da mesma forma que pode-se apurar Goodwill de uma empresa, pode-se apurar o que se denomina de Goodwill Negativo ou Badwill.
- Alguns entendem que inexistente tal possibilidade porque neste caso, os proprietários da empresa a venderiam em partes e não como um conjunto operando pois, como afirma Hendriksen e Breda, “ se a empresa valesse em conjunto menos do que seus ativos separadamente, os proprietários anteriores certamente os teriam vendido separadamente, e não em conjunto”.
- O APB 17 sugere que neste caso, a diferença deve ser tratada como redução dos valores dos ativos não circulantes.
- A apuração de Goodwill Negativo é relativamente comum quando se está diante de uma Apuração de Haveres na retirada de um ou mais sócios.



Goodwill

- Segundo Iudícibus,
 - Excesso de preço pago pela compra de um patrimônio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos.
 - Nas consolidações: excesso de preço pago pela companhia-mãe por sua participação sobre os ativos líquidos da subsidiária.
 - Valor atual dos lucros futuros esperados descontados por seus custos de oportunidade.



Goodwill

- CÁLCULO DO GOODWILL
- O primeiro passo para cálculo do Goodwill, segundo a ORNELAS (2000), consiste na mensuração do lucro operacional líquido normal (LN)
- $LN = AOL \times CCP$
- Sendo o ativo operacional líquido (AOL) a somatória dos ativos circulantes operacionais (ACO) e dos ativos permanentes operacionais (APO), deduzidos dos passivos operacionais (PO)
- $AOL = ACO + APO - PO$



Goodwill

- A etapa seguinte consiste na apuração dos lucros operacionais líquidos gerados pela empresa que está sendo avaliada.
 - $LOL = LL + ((DF - RF) +/- RNO) - PT$, sendo:
 - LOL = Lucro Operacional Líquido
 - LL = Lucro Líquido
 - DF = Despesas Financeiras / RF = Receitas Financeiras
 - RNO = Resultados Não Operacionais
 - PT = Provisões Tributárias sobre o Lucro Operacional
- **TRABALHAR COM DADOS QUE BUSQUEM APROXIMAR A AVALIAÇÃO À REALIDADE NA DATA DO EVENTO,**
- **TODOS OS DADOS HISTÓRICOS DEVEM ESTAR CORRIGIDOS MONETARIAMENTE**



Goodwill

- CÁLCULO DO GOODWILL
- Lucro Operacional Líquido médio histórico ajustado (LOL mha) seja superior ao Lucro Normal (LN), pode-se dizer que esta empresa possui um sobrevalor, ou um Goodwill não adquirido, pois é capaz de gerar lucros considerados acima do normal.
- $LAN = LOL\ mha - LN$
- Para se mensurar o valor deste Goodwill, deve-se apurar a diferença entre o Lucro Operacional Líquido médio histórico ajustado e o Lucro Normal, conforme acima demonstrado.



Goodwill

- CÁLCULO DO GOODWILL
- Perpetuidade financeira, dividida pela taxa de custo do capital próprio, resultado que caso seja positivo, corresponderá ao Goodwill não adquirido.
- $\text{Goodwill (G)} = \text{LAN} / \text{CCP}$
- O valor da sociedade avaliada será a somatória do valor do patrimônio líquido a valores de mercado, e o Goodwill.
-
- $\text{Valor da Sociedade} = \text{PL (valor mercado)} + \text{Goodwill (G)}$



Agenda

1. Os Ativos Intangíveis nas normas legais
2. Conceitos Técnicos genéricos
3. O Pronunciamento Técnico CPC 04
4. A previsão contida no IAS 38
5. O Ativo Diferido
6. Os principais problemas associados aos Ativos Intangíveis
7. Goodwill
8. **Conclusões**
9. Referências Bibliográficas



Conclusões

- **O tema é naturalmente polêmico e permeado de dúvidas e incertezas.**
- **A sua avaliação, registro e mensuração requer uma constante revisão conceitual.**
- **Como qualquer assunto relacionado à adaptação da estrutura contábil ao IFRS requer que se considere uma série de aspectos de natureza econômica entre outras.**



Agenda

1. Os Ativos Intangíveis nas normas legais
2. Conceitos Técnicos genéricos
3. O Pronunciamento Técnico CPC 04
4. A previsão contida no IAS 38
5. O Ativo Diferido
6. Os principais problemas associados aos Ativos Intangíveis
7. Goodwill
8. Conclusões
9. Referências Bibliográficas



9. Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Maria Thereza Pompa, *Capital Intelectual*. São Paulo, Atlas 2007 p. 76-89.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 04 e CPC 15.
- Ernest & Young – FIPECAFI, *Manual de Normas Internacionais de Contabilidade*. São Paulo, Atlas 2009 p. 324-337.
- HENDRIKSEN, Eldon S., BREDA, Michael F.V. *Teoria da Contabilidade*, São Paulo, Atlas 1999 p. 387-408.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de, *Teoria da Contabilidade*, São Paulo – Atlas, 2010 p. 202-216
- ORNELAS, Martinho M. G. de. *Avaliação de Sociedades*, São Paulo – 2ª Edição. Atlas, 151-153.
- MARION, José Carlos, *Reflexões sobre o Intangível*. Publicado em 2005. Disponível em <<http://www.marion.pro.br>>. Acesso em 7 de novembro de 2010.
- SCHMIDT, Paulo., SANTOS, José L., *Avaliação de Ativos Intangíveis*, São Paulo – Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBECKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo do. *Manual de Contabilidade Societária*, São Paulo – Atlas, 2010.
- CATTY, James P. Sorin S. IFRS – Guia de Aplicação do Valor Justo, Porto Alegre – BOOKMAN, 2013.



Discussão sobre questões

➤ Renato Maurício Porto Reis

Porto & Reis Perícia Contábeis e Consultoria S.S. Ltda.

Av. São Gabriel, 333, conjunto 172 – 17º andar

Jardim Paulista – CEP 01435-001

Tel. 11-2365.6325

E-mail: renato@prpca.com.br

www.portoereis.com.br